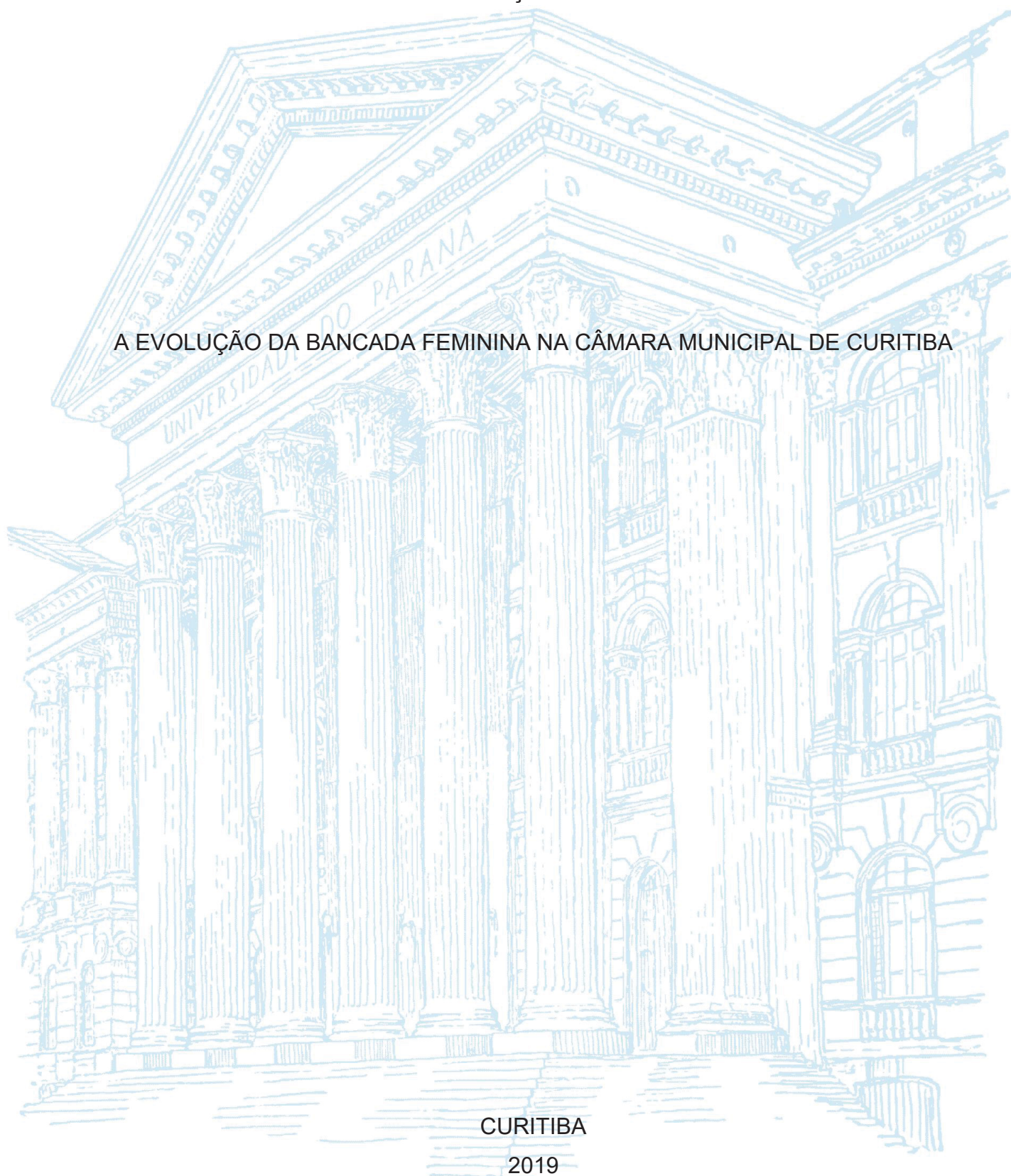


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KARINA LANÇONI BERNARDI

A EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



CURITIBA

2019

KARINA LANÇONI BERNARDI

A EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a Dra Fábiana Berlatto

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Não poderia realizar esta pós-graduação sem o apoio que recebi da minha família, em especial meu marido Junior que me incentivou nos momentos mais difíceis e minha filha Giovana, a quem dedico esta pesquisa como forma de reflexão, para um futuro de mais igualdade entre os gêneros, em uma sociedade em que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades, na qual as pessoas não sejam rotuladas e avaliadas de acordo com o sexo.

À minha mãe, Cleusa, mulher guerreira e de fibra, que com todos os problemas que enfrentou nunca deixou de lutar pelo que queria e é uma grande inspiração em minha vida.

Agradeço também à professora da Universidade Federal do Paraná, Luciana Panke, minha orientadora de mestrado, que me guiou neste estudo e abriu meus olhos para a questão da representatividade feminina na política.

Por fim, agradeço à minha orientadora, professora do curso de Especialização em Sociologia Política, da Universidade Federal do Paraná, Fabia Berlatto, pelas dicas e pela parceria durante a construção deste estudo.

RESUMO

O contexto sócio-político do presente estudo é o da baixa representatividade feminina na política institucional no Brasil, apesar dos esforços legislativos dos últimos 20 anos. Preenchendo uma lacuna, a pesquisa traz um inventário das vereadoras que atuaram na Câmara Municipal de Curitiba, capital do Paraná, desde sua 1ª legislatura, em 1947, e apresenta o perfil das eleitas para o período 2017-2020. Estas últimas formam, atualmente, a maior bancada feminina da história da casa, com oito parlamentares. A revisão bibliográfica focou nos estudos que tratam da representatividade da mulher na política brasileira e a pesquisa empírica foi feita com base no banco de dados da Câmara Municipal de Curitiba, nos arquivos relacionados às legislaturas da casa de leis, em documentos que tratam da história e dos vereadores eleitos na cidade. Nesta pesquisa documental foi possível perceber que a evolução da bancada feminina caminha a passos lentos no legislativo municipal, sendo mais perceptível a partir do início deste século, com o número de mulheres eleitas aumentando a cada eleição municipal.

Palavras-chave: Representatividade política, mulheres na política, vereadoras de Curitiba.

ABSTRACT

The socio-political context of the present study is the low female representation in institutional politics in Brazil, despite the legislative efforts of the last 20 years. Filling a gap, the survey brings an inventory of the councilors who served in the City Hall of Curitiba, capital of Paraná, since its first legislature, in 1947, and presents the profile of the elected for the period 2017-2020. The latter currently form the largest female bench in the history of the house, with eight parliamentarians. The literature review focused on studies that address the representativeness of women in Brazilian politics, and the empirical research was based on the database of the Curitiba City Council, the archives related to the legislatures of the house of law, documents that deal with the history and of the elected city councilors in the city. In this documentary research it was possible to see that the evolution of the female bench is moving slowly in the municipal legislature, being more noticeable from the beginning of this century, with the number of women elected increasing with each municipal election.

Keywords: Political Representation, Women in Politics, Councilors of Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – PRIMEIRA VEREADORA DE CURITIBA – MARIA OLYMPIA CARNEIRO MOCHEL..... | 21 |
| FIGURA 2 – VEREADORA JULIETA REIS (ATUALMENTE NO SEXTO MANDATO)..... | 25 |
| FIGURA 3 – VEREADORA DONA LOURDES (ATUALMENTE NO QUARTO MANDATO)..... | 25 |
| FIGURA 4 – VEREADORA PROFESSORA JOSETE (ATUALMENTE NO QUARTO MANDATO)..... | 26 |
| FIGURA 5 – VEREADORA NOEMIA ROCHA (ATUALMENTE NO TERCEIRO MANDATO)..... | 26 |
| FIGURA 6 – VEREADORA MARIA LETÍCIA FAGUNDES (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)..... | 27 |
| FIGURA 7 – VEREADORA MARIA MANFRON (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)..... | 28 |
| FIGURA 8 – VEREADORA FABIANE ROSA (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)..... | 28 |
| FIGURA 9 – VEREADORA KATIA DITTRICH (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)..... | 29 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO BANCADA FEMININA POR LEGISLATURA..... | 24 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CMC AO LONGO DA HISTÓRIA..... | 22 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

| | |
|------|---|
| CMC | - Câmara Municipal de Curitiba |
| DC | - Partido Democracia Cristã |
| DEM | - Partido Democratas |
| FEB | - Força Expedicionária Brasileira |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IML | - Instituto Médico Legal |
| ISS | - Imposto Sobre Serviços |
| MDB | - Movimento Democrático Brasileiro |
| PP | - Partido Progressista |
| PSB | - Partido Socialista Brasileiro |
| PST | - Partido Social Trabalhista |
| PT | - Partido dos Trabalhadores |
| PV | - Partido Verde |
| SD | - Partido Solidariedade |
| TSE | - Tribunal Superior Eleitoral |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 JUSTIFICATIVA..... | 9 |
| 1.2 OBJETIVOS | 10 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 10 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 10 |
| 1.3 METODOLOGIA..... | 10 |
| 2 REVISÃO DE LITERATURA | 11 |
| 2.1 MULHERES NA POLÍTICA | 11 |
| 2.2 A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA..... | 119 |
| 2.3 EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CURITIBA..... | 19 |
| 2.4 VEREADORES ELEITAS EM 2016..... | 23 |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| REFERÊNCIAS..... | 31 |

1 INTRODUÇÃO

As mulheres são a maioria dos eleitores no Paraná, representando 52% do eleitorado, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dos 7.896.450 eleitores aptos a votar nas eleições municipais de 2016, 4.109.552 eram do sexo feminino.

São as mulheres também a maior parte da população paranaense. De acordo com o censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 10.439.601 habitantes do estado, 5.311.098 são mulheres, ou seja, 51% da população.

Mesmo as mulheres sendo maioria em níveis populacionais e de eleitorado, o resultado das urnas nas eleições municipais de 2016, revelou um cenário predominantemente masculino na Câmara Municipal de Curitiba (CMC), com apenas 21% das cadeiras ocupadas por mulheres.

Neste contexto, o presente estudo propõe levantar a evolução da bancada feminina na CMC ao longo da história, desde a primeira legislatura, em 1947, quando foram realizadas as primeiras eleições municipais no Paraná, após o Estado Novo.

Segundo Rehbein (2008), o pleito foi realizado no dia 15 de novembro de 1947, após a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 12 de julho de 1947 e marcou a efetivação da democracia eleitoral no estado. As eleições municipais deste ano não marcaram apenas o início das legislaturas na Câmara Municipal, mas também a entrada das mulheres no legislativo municipal, com a eleição de forma direta de Maria Olympia Carneiro Mochel¹, militante do Partido Socialista Trabalhista (PST), sendo a primeira mulher vereadora da cidade. Desde então, a participação feminina na CMC teve uma evolução tímida ao longo de quase 70 anos, chegando a 2016 com apenas oito parlamentares mulheres.

¹ A presente pesquisa encontrou divergências em relação à grafia do nome da vereadora, ora escrita como Maria Olímpia, ora como Maria Olympia. Optou-se por utilizar a grafia que consta nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba.

1.1 JUSTIFICATIVA

Apesar de Curitiba ter registrado, em 2016, o maior número de mulheres eleitas para o legislativo municipal da história, com oito parlamentares, elas representam apenas 21% das 38 vagas da Câmara Municipal.

A partir deste cenário em que as mulheres, sendo maioria da população e do eleitorado, ainda são minoria no legislativo municipal (a exemplo do que ocorre em outras casas legislativas como o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa), este projeto busca levantar a evolução da representatividade feminina na Câmara Municipal de Curitiba, além de traçar um perfil das oito vereadoras eleitas no último pleito.

Ao discorrer sobre a teoria política e o feminismo, Biroli e Miguel (2012) afirma que, no Brasil, assim como em outros países, a teoria feminista ainda é pouco utilizada pela Ciência Política, principalmente nas questões relacionadas aos processos eleitorais e ao comportamento do legislativo. Segundo a autora, “É uma ciência política sem pegada teórica, fortemente vinculada ao senso comum, portanto incapaz de aderir à agenda de pesquisa que a teoria feminista abre” (BIROLI e MIGUEL, 2012, p. 8).

Neste contexto, estudar a inserção das mulheres na esfera política formal é importante para entender os mecanismos que dificultam uma maior representatividade feminina no parlamento, principalmente nos legislativos municipais. Conforme Bohn (2009), as disputas eleitorais para as Câmaras Municipais tendem a ter o maior número de mulheres candidatas - e outros representantes de minorias - do que para outras instâncias de poder, sendo um espaço de oportunidade para a inserção de grupos historicamente marginalizados.

O legislativo municipal representa o primeiro passo na escada de ambição política da maior parte dos indivíduos interessados em perseguir uma carreira política e uma grande oportunidade para grupos sociais tradicionalmente sub-representados na arena política. (BOHN, 2009, p. 66)

Neste sentido, o projeto é de grande relevância para a Ciência Política, pois busca uma análise mais aprofundada da representação feminina no legislativo e faz uma conexão entre a pesquisa empírica (realizada junto à Câmara Municipal de Curitiba) e a teoria política, representada sobretudo pelos estudos de gênero que

discutem a dominação masculina no inconsciente coletivo e literaturas relacionadas à equidade de gênero na política.

1.2 OBJETIVOS

Levantar a evolução da bancada feminina na Câmara Municipal de Curitiba, a fim de identificar a representatividade das mulheres no legislativo municipal ao longo da história.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a evolução da bancada feminina na Câmara Municipal de Curitiba.

1.2.2 Objetivos específicos

- Fazer um resgate histórico da representação feminina na Câmara Municipal de Curitiba;
- traçar um perfil das vereadoras da atual legislatura (eleitas em 2016);
- levantar ações que estimulem a participação das mulheres no legislativo municipal e a inserção da agenda de gênero na atividade parlamentar.

1.3 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza a revisão narrativa como principal técnica de investigação. O tema explorado foi “mulheres na política”, e buscou-se entender na bibliografia analisada os fatores sociais que caracterizam a participação das mulheres nessa esfera. Foi realizada também uma pesquisa documental nos arquivos da Câmara Municipal de Curitiba, observando especificamente o estudo “Levantamento das Legislaturas e Vereadores de Curitiba”, realizado em 2017 pelo setor de Biblioteca da Câmara. Neste documento estão elencados todos os vereadores diplomados desde a 1ª Legislatura da casa, em 1947. A pesquisa levantou os anos em que as mulheres foram eleitas, de que forma elas assumiram o mandato – se eram titulares ou suplentes - e quais os períodos em que o legislativo

municipal não teve representantes do sexo feminino. Por fim, o estudo traz o perfil das mulheres que atualmente ocupam uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba, com base em informações divulgadas pelas parlamentares em suas páginas oficiais e do site “Vereadoras na Política de Curitiba”, da Câmara Municipal de Curitiba.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo o TSE, nas Eleições Municipais de 2016 as mulheres representaram 31,6% dos candidatos a cargos eletivos de todo o Brasil. De acordo com Ziegmann et al. (2016), essa porcentagem foi seguida na cidade de Curitiba, onde 31,3% dos 1.114 candidatos a vereador, em 2016, eram mulheres. No cruzamento dos dados entre candidatos e eleitos, apenas 2,3% das candidatas mulheres foram eleitas, contra 3,9% dos candidatos homens que conseguiram uma vaga na CMC. Em relação à equidade de gênero na política, os autores destacam que o Brasil está em 115º no ranking da pesquisa Projeto Mulheres Inspiradoras (*in* Ziegmann et al. 2016), que analisa a participação das mulheres nos parlamentos de 138 países. Segundo o ranking, a média de participação feminina nos parlamentos é de 23%, índice próximo ao verificado na Câmara Municipal de Curitiba em 2016 (21%), mas muito acima do registrado em outras instâncias parlamentares.

Estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que as mulheres ocupam baixos percentuais de vagas nos cargos eletivos do Brasil. Nas eleições de 2018, foram eleitas apenas quatro mulheres para a Assembleia Legislativa do Paraná, que possui 54 cadeiras, índice de menos de 10%. Na Câmara Federal, neste mesmo ano, as mulheres eleitas representaram apenas 15%. No Senado, onde 2/3 da bancada foram renovados em 2018, apenas sete mulheres se elegeram, ficando, desta forma, com 12 senadoras, apenas 14,8% do total de vagas.

2.1 A MULHER NA POLÍTICA

Os estudos das relações sociais de gênero demonstram que as mulheres vêm conquistando direitos, ao longo da história, se firmando cada vez mais como

transformadoras da sociedade em todas as áreas do conhecimento. Os avanços sociais são evidentes, mas essa tendência não se percebe na política partidária, onde o gênero feminino ainda é sub-representado, principalmente nas esferas parlamentares, mesmo sendo as mulheres protagonistas na sociedade civil organizada, à frente de movimentos sociais ou atuando como líderes comunitárias, por exemplo.

Segundo Biroli (2018), a baixa representatividade das mulheres nos cargos eletivos e no alto escalão estatal não significa que elas não atuem politicamente, mas sim, que a inserção delas neste ambiente é dificultada, uma vez que o campo político é dominado por homens, predominantemente brancos e proprietários.

A participação feminina na política está amparada na legislação eleitoral desde as eleições municipais de 1996. O primeiro texto a tratar do assunto é a Lei 9.100/1995, que determinava aos partidos e coligações que 20% das vagas fossem preenchidas por candidatas mulheres. Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504) previa a reserva (sem preenchimento obrigatório) de 30% das vagas de cada partido para as mulheres. Esta legislação, no entanto, recebeu nova redação, na Lei 12.034, de 2009, determinando que cada partido ou coligação ‘preencha no mínimo 30% e no máximo 70% das vagas para a disputa eleitoral para candidatos de cada sexo’. Porém, o que se observa nas campanhas eleitorais é o uso desigual da estrutura partidária para homens e mulheres e ainda casos de ‘candidaturas laranjas’, em que as mulheres são recrutadas apenas para cumprirem a cota do partido.

De acordo com Panke (2016), essa falta de apoio partidário para as candidaturas femininas é possível de ser notada desde a campanha mais simples até as mais complexas como as presidenciais.

As principais barreiras para a entrada das mulheres são conseguir apoio no partido, financiamento de campanha, obter uma equipe de confiança (alcançar preparação de *media training*, leis, comunicação) e superar o machismo oriundo de homens e de mulheres. (PANKE, 2016, p. 74)

As cotas eleitorais representam um avanço significativo para a inserção das mulheres nas esferas decisórias, porém, segundo Salgado, Guimarães e Monte-Alto (2015), apenas o uso de cotas eleitorais não tem se mostrado eficaz. Os autores defendem a necessidade de cotas de legislatura ou de representação como uma medida para “corrigir de maneira mais célere o desequilíbrio de gênero na política e

consubstanciar a igualdade material na sociedade” (SALGADO, GUIMARÃES E MONTE-ALTO, 2015, p. 177).

De acordo com Miguel (2001), medidas como a política de cotas são importantes para minimizar o impacto da diferença estrutural entre homens e mulheres na sociedade. “O que está em jogo é a possibilidade de realmente se alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas” (MIGUEL, 2001, p. 266).

Neste sentido, regras e leis que garantam a participação feminina na política partidária são fundamentais para facilitar o acesso igualitário ao campo político, mas como explicar o fato de que as mulheres ainda são minoria nas instituições políticas? Para Brabo (2008) a explicação dessa situação está na marginalização da mulher por mais de cinco séculos, devido à sociedade patriarcal trazida pelos europeus. A autora menciona que “A representação política nas democracias liberais permanece uma área de difícil acesso para um conjunto de atores sociais aos quais historicamente foi negada a cidadania” (BRABO, 2008, p. 28).

É essa questão histórica que explica, segundo Biroli, a marginalização das mulheres e de outras minorias nas esferas decisórias. Para a autora, “a história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados” (BIROLI, 2018, p. 172).

Biroli (2018) destaca que a visão abstrata da cidadania e dos direitos não consegue lidar com as hierarquias da vida privada, restringindo a participação feminina na esfera pública, colocando as mulheres em uma condição de sub-representação no debate público.

Para a participação das mulheres na esfera pública, impõe-se filtros que estão vinculados às responsabilidades a elas atribuídas na esfera privada e à construção de sentido do feminino que ainda guardam relação com a noção de domesticidade (BIROLI, 201, p.11)

Deste modo, mesmo as mulheres sendo a maioria da população e do eleitorado, acabam por eleger candidatos homens para os cargos eletivos. A representação dos homens como dominantes é aceita como algo normal por preceitos que estão no inconsciente coletivo. Conforme explica Bourdieu (2007), as pessoas incorporam essa relação como algo naturalizado na sociedade e reproduzem essa forma de violência.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognicentes, mas através de esquemas de percepção, da avaliação e da ação que são construídos no *habitus* e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade (BOURDIEU, 2007, p. 49-50).

Essa aceitação de que a política é um campo predominantemente masculino e que cada gênero ocupa um determinado local na organização social também é destacada por Panke (2016, p. 73), que afirma que “Muito além das questões biológicas, gênero significa uma construção cultural que estabelece comportamentos esperados a partir das diferenças biológicas”.

Neste sentido, Bourdieu explica que a divisão entre os sexos está presente em toda a ordem social, como algo incorporado à sociedade que funciona como um esquema de percepção, de pensamento e de ação. “A divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem social das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (2007, p.17).

Para entender como a dominação masculina ocorreu de um modo estrutural nas democracias contemporâneas, é preciso analisar as perspectivas pelas quais houve a separação entre o público e o privado que, historicamente dividiram as ‘funções’ e as ‘aptidões’ de homens e mulheres para cada espaço específico.

Essa distinção entre as duas esferas remonta à Grécia Antiga, em que o privado estava restrito ao lar, à vida familiar, onde o homem (*déspota*) tinha o domínio sobre a mulher, os filhos e os escravos. Neste contexto, cada família se preocupava com a sua própria vida privada, sem interação com outras esferas privadas (famílias). Por outro lado, a esfera pública era aquela relacionada à *polis*, ao interesse comum, na qual somente os homens que tivessem superado os problemas da vida privada poderiam participar. Segundo Aristóteles, a esfera pública era o domínio da vida política, onde todos eram iguais e poderiam expressar suas opiniões de forma igualitária, por meio do uso da palavra, com uso da persuasão e da retórica (ANTUNES, 2004).

A filósofa Hannah Arendt dedicou parte de seus estudos a tentar explicar essa relação entre o público e o privado na sociedade contemporânea. Para a autora, existe uma confusão entre o social e o político, uma vez que o político é visto como um espaço de regulação da esfera privada. Em sua obra “A Condição Humana”, de 1958, a autora chama a atenção para a constante relação que existe entre a ação

humana (no sentido político) e a vida em comum dos cidadãos na comunidade. “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens (ARENDR, 2007, p.31).

Segundo Arendt (2007), essa confusão entre o social e o político tem origem na criação do Estado Moderno, em que a liberdade se concretiza no social, enquanto que o poder e a violência se tornam monopólio do Estado. A autora destaca que os homens viviam juntos na esfera familiar, por causa de suas necessidades de sobrevivência. Mas à medida que essas necessidades passaram a ser supridas, a liberdade que a esfera pública proporcionava pôde ser alcançada. “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar” (ARENDR, 2007, p. 38-39).

Com a ascensão da sociedade capitalista, a diferenciação entre o público e o privado ficou mais difícil, segundo Arendt. Essa ordem econômica transformou as pessoas em massa operária, preocupadas em manter a vida e ganhar o sustento. De acordo com Santos (2012), neste contexto, o público e o privado se dissolvem, dando lugar à esfera social, de modo que o público se torna privado e o privado se torna público a ponto de problemas da vida privada serem debatidos e regulados pela esfera pública e problemas da esfera pública serem levados para a vida privada.

Como se percebe até aqui, a distinção entre o espaço público e o privado vem desde a antiguidade, mas foi o filósofo alemão Jünger Habermas que trouxe o conceito de ‘esfera pública burguesa’. Em sua obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, de 1962, o autor faz uma análise sobre como a esfera pública se formou no Estado Moderno e de que forma ‘esfera pública burguesa’ influencia no campo político.

No pensamento habermasiano, a esfera pública seria, então, local de deliberação pública, formada por homens privados que debatem, de forma igualitária, questões relacionadas ao bem comum. Porém, com a influência dos interesses privados na esfera pública, surge um estado social.

O novo intervencionismo do crepúsculo do século XIX é levado a cabo por um Estado que, através da constitucionalização de uma esfera pública politicamente ativa que tende a estar ligada aos interesses da sociedade

burguesa. Em decorrência disso, as intervenções do poder público no processo de trocas de pessoas privadas intermediam impulsos que, mediamente, se origina de uma tradução de tais conflitos de interesses, que não podem mais ser desencadeados apenas dentro da esfera privada, no âmbito político. (HABERMAS, 1989, p. 170)

Para Habermas nas sociedades industriais, a intervenção do Estado na esfera social também leva à transferência da competência pública para o privado, levando ao surgimento de uma esfera social repolitizada, em que é difícil separar instituições estatais e privadas. Neste contexto, a família se torna cada vez mais privada, enquanto o mundo do trabalho e as relações sociais cada vez mais públicos. As empresas evoluem para um setor 'quase público' quando começam a desenvolver ações comunitárias, construir casas para os operários, creches e praças, o que Habermas define como 'feudalismo industrial'. Segundo Habermas, o caráter privado da família vai se modificando à medida que o Estado interfere na educação e nos costumes de seus membros.

A perda da esfera privada e um acesso seguro à esfera pública são hoje traços característicos do modo de morar e de viver urbanos, não importando se as antigas formas de morar metropolitanas tenham sido tacitamente refuncionalizadas pelo desenvolvimento técnico-econômico ou se, à base dessas experiências, tenham sido desenvolvidas novas formas de habitação coletivas e suburbanas. (HABERMAS, 1989, p.187)

A teoria habermasiana, no entanto, sofreu críticas de teóricos sociais e feministas. Uma das principais críticas contemporâneas do pensamento de Habermas é a filósofa Nancy Fraser. No texto "Repensando a Esfera Pública", de 1999, a autora afirma que os estudos de Habermas são fundamentais para as democracias de capitalismo tardio, uma vez que este conceito faz uma clara distinção entre os aparatos do Estado, os mercados econômicos e as associações democráticas, o que, para ela, é essencial para a teoria social crítica e para a prática política. No entanto, Fraser destaca a necessidade de se reconstruir e repensar, de forma crítica, o modelo habermasiano de esfera pública burguesa.

A autora destaca que o modelo de Habermas, à medida que cobrava do Estado uma prestação de contas aos cidadãos, criava uma forma institucionalizada de racionalizar o domínio político fazendo com que o Estado se tornasse responsável pela cidadania. Assim, a esfera pública levava a um ideal de discussão racional em que as desigualdades seriam colocadas de lado e os envolvidos debateriam de forma igualitária, buscando um consenso em relação a assuntos de

bem comum, o que para ela, nunca se concretizou. Segundo Fraser (1999), o modelo de Habermas dependeria de uma clara distinção entre o Estado e o mercado capitalista, mas à medida em que as classes burguesas passaram a ter acesso à esfera pública, os interesses do mercado e os interesses privados se sobrepuseram aos da sociedade.

Em relação ao acesso universal da esfera pública, Nancy Fraser (1999), afirma que a maior exclusão na teoria de Habermas foi a de gênero. Para ela essa exclusão ajuda a explicar o sexismo característico da nova esfera pública, que seria fruto de um projeto burguês, que insiste na domesticidade feminina e na separação entre as esferas públicas e privadas.

Essa questão estrutural que se coloca à participação das mulheres no campo político é defendida por Benhabib (1992), como uma forma de dominação, que tem como objetivo manter as mulheres e as questões relacionadas ao gênero fora da agenda pública.

In the tradition of western political thought and down to our own days, the way in which the distinction between the public and the private spheres has been drawn has served to confine women and typically female spheres of activity like housework, reproduction, nurturance and care for the young, the sick and the elderly to the “private” domain, and to keep them off the public agenda in the liberal state. (BENHABIB, 1992, p. 107-108)²

Neste contexto, Nancy Fraser (1999), afirma que o modelo de esfera pública burguesa de Habermas não é possível de ser aplicada nas sociedades contemporâneas, uma vez que é uma concepção com ideal normativo. Neste sentido, em que há uma multiplicidade de públicos nas esferas deliberativas, não basta apenas colocar de lado as diferenças no ambiente discursivo, é preciso excluí-las definitivamente.

Apesar das mulheres estarem, historicamente, excluídas da esfera pública oficial, Nancy Fraser (1999) destaca, as mulheres encontraram, ao longo da história, outras formas de acesso ao campo político. No caso das mulheres da elite, este acesso se deu principalmente pela atuação em associações voluntárias e

² Na tradição do pensamento político ocidental e até os nossos dias, a maneira pela qual a distinção entre as esferas pública e privada foi desenhada serviu para confinar as mulheres e esferas tipicamente femininas de atividade como tarefas domésticas, reprodução, educação e cuidado os jovens, os doentes e os idosos para o domínio “privado” e mantê-los fora da agenda pública no estado liberal.

sociedades filantrópicas. Ao mesmo, tempo, mulheres de classes sociais mais baixas conseguiram acessar a vida pública por meio da participação em movimentos sociais, principalmente aqueles ligados aos trabalhadores. Para Fraser, foi apenas uma questão de tempo para se eliminar as exclusões de gênero e raça que estavam presentes na origem da esfera pública burguesa, onde não só as mulheres, mas também homens eram excluídos por questões étnicas ou econômicas. Porém, ao se fazer uma análise da interação discursiva dentro da esfera pública o que se percebe, segundo a autora, é que por mais que se tenha reduzido a exclusão formal destes públicos, as diferenças não são colocadas de lado no momento da deliberação. Neste contexto, a dominação e a exclusão ocorrem, segundo a autora, de forma mascarada.

La investigación feminista há documentado um síndrome que muchas personas hemos observado em las reuniones de nuestras facultades universitarias y en otros cuerpos mixtos de discusión: Hay una tendencia a que los hombres interrumpen a las mujeres más de lo que las mujeres interrumpen a los hombres; los hombres también tienden a hablar más que las mujeres; hablan por más tiempo y con mayor frecuencia y las intervenciones de las mujeres con más frecuencia que la de los hombres son ignoradas e no respondidas. (FRASER, 1999, p.151)³

Neste sentido, ainda no século XXI, o que se percebe é que às mulheres é garantido, por vias legais, o direito à participação na esfera pública, porém, na prática ainda existem diferenças entre homens e mulheres, principalmente em espaços discursivos como, por exemplo, a Câmara Municipal de Curitiba.

O acesso das mulheres ao campo político tem avançado a passos lentos no Brasil e é, segundo Eduardo, “um dos assuntos centrais para o desenvolvimento de dinâmicas sociais mais justas, nas quais a maior parte de seus grupos demandantes possa participar das esferas de discussão” (2014, p.34). A autora destaca que a baixa representatividade das mulheres na política é um dos entraves da democracia atual.

³ Pesquisas feministas documentaram uma síndrome que muitas pessoas observaram nas reuniões de nossas faculdades universitárias e em outros grupos mistos de discussão: há uma tendência de os homens interromperem mais as mulheres do que as mulheres interrompem os homens; os homens também tendem a falar mais que as mulheres; eles falam por mais tempo e com mais frequência e as intervenções das mulheres com mais frequência do que os homens são ignoradas e não são respondidas

2.2 A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

A Câmara Municipal de Curitiba foi criada em 29 de março de 1693, estando submetida às decisões da Coroa Portuguesa e exercendo atividades legislativas e judiciárias. Segundo informações divulgadas no site da Câmara Municipal de Curitiba, a consolidação da casa, como instituição de representação do poder público, se deu somente em 1721, ocasião em que contava com dois juizes e três vereadores, que eram eleitos de forma indireta por cidadãos com posses. Em 1822, com a Independência do Brasil, as funções das Câmaras Municipais foram revistas, com a divisão dos poderes políticos e administrativos. Desta forma, as atividades judiciárias foram desvinculadas da Câmara Municipal, que passou a ter um caráter mais de ordenamento e regulamentação da cidade. Entre 1829 e 1830, foram aprovadas as primeiras posturas municipais de Curitiba, que regulamentavam as regras sobre edificações, distribuição e características de vias públicas e outras demandas da cidade.

Em 1889, com a Proclamação da República, foi instituída a figura do prefeito e, com isso, as funções relacionadas ao Executivo passaram para a prefeitura. Desta forma, a Câmara passou a desenvolver atividades relacionadas à legislação municipal. Com a revolução de 1930, as Câmaras Municipais tiveram as atividades restritas, situação que levou a Câmara a suspender as atividades por tempo indeterminado em diversas ocasiões. Desta forma, a primeira eleição para vereador foi realizada somente em 1947, após a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, ocorrida neste mesmo ano (CMC,2019).

Atualmente a Câmara Municipal de Curitiba tem sede no Palácio Rio Branco, no centro de Curitiba, é composta por 38 vereadores, que são eleitos democraticamente, com mandatos que duram quatro anos.

2.3 EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CURITIBA

As eleições de 15 de novembro de 1947 representaram um marco na democracia curitibana, mas também na história da participação feminina na política da cidade. Neste pleito, que foi o primeiro da história de Curitiba, três mulheres

concorreram a uma das cadeiras da Câmara Municipal (CMC,2019): a professora Olga da Silva Blaster, a tenente-enfermeira da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Maria da Conceição Suarez e a professora Maria Olympia Carneiro Mochel, que, aos 21 anos foi eleita a primeira vereadora mulher de Curitiba de forma direta, com 436 votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Apesar da primeira legislatura da CMC (1947-1950) ter iniciado com uma mulher entre os parlamentares, Maria Olympia Carneiro Mochel não exerceu o cargo até o fim de seu mandato, sendo substituída em 1948 pelo suplente do PST, Jorge Hedel Ázar. De acordo com Letícia Pires (2010), em pesquisa realizada pela Universidade Tuiuti do Paraná, a atuação da vereadora foi duramente criticada pela imprensa da época⁴, por seus discursos contra a ordem social e a leitura do “Manifesto ao Povo de Curitiba”, publicado em 1949, no qual a parlamentar questionava a gestão municipal que, segundo ela, beneficiava apenas os mais ricos e deixava de lado questões de primeira necessidade para a cidade, como o setor de transporte público, por exemplo.

Na imprensa curitibana, a atuação da vereadora era vista como uma ameaça à ordem pública e Maria Olympia era retratada, a exemplo das demais mulheres comunistas, como ingênuas e causadoras da discórdia familiar, conforme destaca Pires (2010, p. 232), “ingênuas porque consideradas inferiores aos homens e se deixavam levar por um ideário sem valor, perturbadoras porque insistiam em destruir a ordem familiar, a moral e a pátria”.

⁴ Dentro de uma campanha massiva anticomunista, promovida pela grande imprensa da época, uma publicação do Jornal O Dia, de dezembro 1951, trazia a preocupação e um alerta à população sobre as atividades feministas de Maria Olympia Mochel, mesmo após ela ter deixado o mandato, referindo-se à Conferência das Mulheres: “novos detalhes sobre os acontecimentos da reunião e enfatizando a ameaça da vereadora vermelha Maria Olímpia e de senhoras que estavam sendo vítimas das manobras comunistas”. (PIRES, 2010)

FIGURA 1 – PRIMEIRA VEREADORA DE CURITIBA – MARIA OLYMPIA MOCHEL CARNEIRO



FONTE: Arquivo Câmara Municipal de Curitiba

Após a saída de Maria Olympia Carneiro Mochel, a Câmara Municipal de Curitiba ficou por mais de dez anos sem que uma mulher assumisse o cargo de vereadora. Somente em 1960, Maria Clara Brandão Tesserolli seria eleita de forma direta, atuando como vereadora até 1963. Depois, na legislatura seguinte, em 1964, assumiu como suplente e permaneceu na Câmara até 1968.

A presença feminina entre os parlamentares não foi um processo contínuo, entre 1969 e 1982, período de mais de uma década, o legislativo municipal de Curitiba voltou a ser composto exclusivamente por homens. Somente na nona legislatura, em 1983, duas mulheres voltaram a ocupar cadeiras na Câmara Municipal: Rosa Maria Chiamulera, que exerceu três mandatos consecutivos, até o ano de 1996, sendo eleita de forma direta nos três pleitos e Marlene Zannin, que exerceu o mandato entre 1983 e 1986.

Na eleição de 1988, mais uma mulher passou a compor a Câmara Municipal de Curitiba. Nely Almeida foi eleita de forma direta e assumiu o mandato em 1989 e permaneceu no legislativo municipal até 2000, quando não conseguiu se reeleger e ficou como suplente até 2002, quando foi convocada para assumir novamente uma cadeira na Câmara Municipal. Nely Almeida permaneceu no cargo até 2012, quando faleceu.

Ainda na década de 1990, nas eleições de 1996, a bancada feminina aumentou, com a eleição de forma direta de Julieta Reis, vereadora se mantém no cargo desde então, estando atualmente no seu sexto mandato.

As eleições municipais de 2000 representaram um avanço na representatividade feminina na Câmara. Apesar de apenas três mulheres terem sido eleitas de forma direta, entre 2001 e 2004, a composição da casa chegou a ter seis vereadoras, entre titulares e suplentes.

Nas eleições seguintes o número de mulheres eleitas de forma direta e como suplentes apresentou crescimento progressivo, chegando em 2016 a oito vereadoras eleitas de forma direta, ocupando atualmente 21% das cadeiras da Câmara.

Em ordem cronológica, as mulheres tiveram a seguinte representatividade no legislativo municipal, de acordo com os arquivos da Câmara Municipal de Curitiba:

QUADRO 1 – REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CMC AO LONGO DA HISTÓRIA

| Legislatura | Período | Vereadora | Eleita diretamente ou suplência |
|--------------------|----------------|--------------------------------|--|
| 1 ^a | 1947-1950 | Maria Olympia Carneiro Mochel | Direta |
| 4 ^a | 1960-1963 | Maria Clara Brandão Tesserolli | Direta |
| 5 ^a | 1964-1968 | Maria Clara Brandão Tesserolli | Suplente |
| 9 ^a | 1983-1988 | Rosa Maria Chiamulera | Direta |
| | | Marlene Zannin | Direta |
| 10 ^a | 1989-1992 | Rosa Maria Chiamulera | Direta |
| | | Nely Almeida | Direta |
| | | Lais Peretti | Direta |
| | | Zélia Passos | Suplente |
| 11 ^a | 1993-1996 | Rosa Maria Chiamulera | Direta |
| | | Nely Almeida | Direta |
| 12 ^a | 1997-2000 | Julieta Reis | Direta |
| | | Nely Almeida | Direta |
| | | Jane Rodrigues | Suplente |
| 13 ^a | 2001-2004 | Julieta Reis | Direta |
| | | Nely Almeida | Suplente |
| | | Arlete Caramês | Direta |
| | | Clair da Flora Martins | Direta |
| | | Roseli Isidoro | Suplente |
| | | Marcia Schier | Suplente |
| 14 ^a | 2005-2008 | Julieta Reis | Direta |
| | | Nely Almeida | Direta |
| | | Professora Josete | Direta |
| | | Roseli Isidoro | Direta |
| | | Dona Lourdes | Direta |
| 15 ^a | 2009-2012 | Julieta Reis | Direta |
| | | Cantora Mara Lima | Direta |
| | | Dona Lourdes | Direta |
| | | Noemia Rocha | Direta |

| | | | |
|-----------------|-----------|------------------------|----------|
| | | Professora Josete | Direta |
| | | Renata Bueno | Direta |
| | | Maria Goretti Lopes | Suplente |
| 16 ^a | 2013-2016 | Julieta Reis | Direta |
| | | Noemia Rocha | Direta |
| | | Carla Pimentel | Direta |
| | | Dona Lourdes | Direta |
| | | Professora Josete | Direta |
| 17 ^a | 2017-2020 | Julieta Reis | Direta |
| | | Noemia Rocha | Direta |
| | | Professora Josete | Direta |
| | | Maria Letícia Fagundes | Direta |
| | | Dona Lourdes | Direta |
| | | Katia Dittrich | Direta |
| | | Fabiane Rosa | Direta |
| | | Maria Manfron | Direta |

FONTE: A autora (2019), com base em informações da Câmara Municipal de Curitiba

Ao longo da história, em 17 legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba, entre 1947 e 2018, apenas 24 mulheres ocuparam o cargo de vereadora da cidade. Importante destacar que a evolução da bancada feminina na Câmara Municipal de Curitiba foi retratada em um resgate histórico feito pela presidência da casa em 2014, com uma galeria de fotos das mulheres vereadoras. O projeto foi reinaugurado em 2018, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com informações complementares sobre a biografia das vereadoras. Tal galeria está aberta a visitação na sede do legislativo municipal, no Palácio Rio Branco e também pode ser acessada pela internet, no site “Vereadoras na Política de Curitiba” criado pelo setor de comunicação da casa.

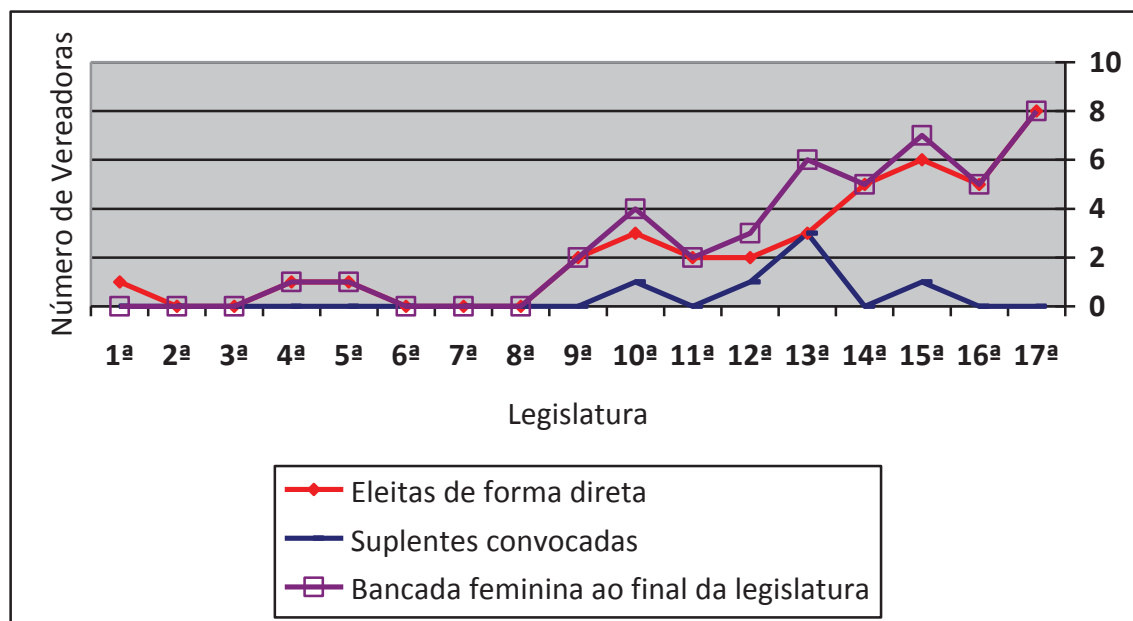
2.4 VEREADORAS ELEITAS EM 2016

Nas eleições municipais de 2016, foram eleitas oito vereadoras em Curitiba, formando a maior bancada feminina da história do legislativo municipal, todas eleitas de forma direta (GRÁFICO 1).

Destas, quatro foram reeleitas, ou seja, já tinham mandato na Câmara Municipal entre 2013 e 2016: Julieta Reis (DEM), Professora Josete (PT), Noemia Rocha (MDB) e Dona Lourdes (PSB).

Outras quatro mulheres foram eleitas para seu primeiro mandato em 2016: Fabiane Rosa (DC), Katia Dittrich (SD), Maria Letícia Fagundes (PV) e Maria Manfron (PP).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO BANCADA FEMININA POR LEGISLATURA



FONTE: a autora (2019)

Das oito parlamentares que compõem a Câmara Municipal de Curitiba, Julieta Reis (DEM) é a mais antiga da casa, exercendo seu sexto mandato consecutivo. A vereadora já compôs a Mesa Executiva da casa, no cargo de 4ª Vice-Presidente da Câmara entre 2003 e 2004. De acordo com informações da “Galeria Vereadoras na Política de Curitiba”, publicadas em 2018 pela Câmara Municipal, a vereadora é formada em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes do Paraná e em Didática do Desenho, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Julieta Reis tem uma forte atuação na área cultural da cidade, em ações que estimulam artesãos e microempreendedores, além de atuar na atenção à pessoa idosa. Entre os projetos aprovados, estão os que criaram e regulamentaram a Feira de Artesanato do Largo da Ordem e a Feira de Antiguidades na Praça da Espanha.

FIGURA 2 – VEREADORA JULIETA REIS (ATUALMENTE NO SEXTO MANDATO)



FONTE: Arquivo Câmara Municipal

A vereadora Dona Lourdes (PSB) foi a parlamentar mais idosa do Brasil eleita em 2016, aos 88 anos de idade. Em seu quarto mandato consecutivo, é conhecida como ‘Dona Lourdes do Santa Quitéria’ e tem uma atuação parlamentar voltada para os bairros da cidade, principalmente em sua base eleitoral, o bairro Santa Quitéria, onde atende dezenas de pessoas todos os dias (CMC, 2018). Também atua em projetos relacionados à cultura popular e ao acesso à educação e saúde.

FIGURA 3 – VEREADORA DONA LOURDES (ATUALMENTE NO QUARTO MANDATO)



FONTE: Arquivo Câmara Municipal

Também em seu quarto mandato seguido, está a vereadora Professora Josete (PT). De origem sindical, ajudou a fundar o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), do qual foi presidente. Também atuou como dirigente estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná e especialista em Organização do Trabalho Pedagógico, pela mesma instituição, foi bancária e professora da rede municipal de ensino. Da bancada de oposição à atual gestão municipal, sua atuação parlamentar é voltada principalmente para temas relacionados à educação, saúde, participação popular, política para mulheres e

assuntos relacionados aos servidores. Tem uma forte atuação na fiscalização do Executivo e do Legislativo Municipal. É autora, entre outras, das leis municipais para a publicação das diárias utilizadas por agentes e servidores públicos de Curitiba. Possui projetos contra o assédio moral do funcionalismo público e para que os documentos oficiais adotem linguagem inclusiva ao gênero feminino (CMC, 2018).

FIGURA 4 – VEREADORA PROFESSORA JOSETE (ATUALMENTE NO QUARTO MANDATO)



FONTE: Arquivo Câmara Municipal

Outra vereadora reeleita em 2016 foi Noemia Rocha (MDB). Com base eleitoral evangélica, Noemia Rocha está em terceiro mandato consecutivo e tem atuação no combate às drogas, preservação da família e políticas públicas para a valorização da mulher (CMC, 2018). Formada em Gestão Pública é membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e autora de leis como a que prevê notificação obrigatória à Secretaria Municipal da Saúde, de gestantes dependentes químicas e que proíbe o uso do amianto na cidade. Em 2019, propôs à Comissão Executiva da Câmara, a criação do Parlamento Feminino Curitibano, que foi acatada em plenário. O texto prevê a possibilidade de mulheres da sociedade civil organizada participem semestralmente da criação de propostas legislativas voltadas à agenda feminina.

FIGURA 5 – VEREADORA NOEMIA ROCHA (ATUALMENTE NO TERCEITO MANDATO)



FONTE: Arquivo Câmara Municipal

Entre as vereadoras eleitas para o primeiro mandato em 2016, está a médica Maria Letícia Fagundes (PV). Médica legista de carreira, do Instituto Médico Legal (IML), é a fundadora da ONG MaisMarias, de combate à violência doméstica. Ativista e palestrante sobre a Lei Maria da Penha, tem atuação voltada para o enfrentamento à violência contra a mulher e na garantia dos direitos das mulheres vítimas e seus filhos (CMC, 2018). Entre as proposições apresentadas por ela está a lei municipal que garante a preferência de vagas em Centros Municipais de Educação Infantil e escolas da rede municipal aos filhos de mulheres vítimas de violência. É de sua autoria também a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Curitiba, que em julho de 2019 ainda estava em processo de implementação.

FIGURA 6 – VEREADORA MARIA LETÍCIA FAGUNDES (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)



FONTE: Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba

Em 2016 também foi eleita a vereadora Maria Manfron (PP). Empresária e comerciante, decidiu entrar na vida pública quando o marido, ex-vereador Aldemir Manfron, decidiu não disputar uma nova reeleição, segundo informações da Galeria Vereadoras na Política de Curitiba. A vereadora, que sempre atuou na política ao lado do marido resolveu então se candidatar, incentivada por amigos e lideranças comunitárias. Entre as propostas apresentadas por ela está a lei que prevê a divulgação da escala dos médicos da rede municipal de saúde, a que obriga os hospitais a fazerem exames clínicos para o diagnóstico da encefalopatia crônica em bebês recém-nascidos (CMC, 2018). A vereadora também é autora de projeto que prevê a criação de creches para idosos de baixa renda.

FIGURA 7 – VEREADORA MARIA MANFRON (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)



FONTE: Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba

As eleições de 2016 marcaram a entrada de duas vereadoras eleitas sob a bandeira da causa animal, ambas para seu primeiro mandato. Fabiane Rosa (DC) é pedagoga, especialista em educação ambiental e foi a vereadora mais votada em 2016, com 7.328 votos. Tem como principal atuação legislativa os assuntos relacionados à defesa dos animais (CMC, 2018). É autora da lei municipal que tornou mais rígida a punição por maus-tratos animais e do projeto de lei que pretende proibir o uso de fogos de artifício com estampido em Curitiba.

FIGURA 8 – VEREADORA FABIANE ROSA (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)



FONTE: Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba

Outra parlamentar com forte atuação na causa animal é Katia Dittrich (SD), conhecida como 'Katia dos Animais de Rua'. Formada em odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), exerceu a profissão por dez anos, mas depois se dedicou a uma pequena empresa familiar e em 2013 atuou na rede de Proteção Animal, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (CMC, 2018). Sua atuação parlamentar está voltada principalmente às questões dos direitos dos animais e em defesa do meio ambiente. Entre os projetos apresentados por Katia Dittrich estão o que prevê desconto no Imposto Sobre Serviços (ISS) para clínicas e

consultórios veterinários que prestem serviços gratuitos à população de baixa renda ou a protetores dos animais e o que estabelece no município a logística reversa de exames de radiografia.

FIGURA 9 – VEREADORA KATIA DITTRICH (ATUALMENTE NO PRIMEIRO MANDATO)



FONTE: Arquivo Câmara Municipal de Curitiba

Pelo perfil das parlamentares apresentado neste estudo, é possível perceber que a bancada feminina da Câmara Municipal de Curitiba é bastante diversificada, com vereadoras de diferentes partidos e orientações ideológicas. Conforme afirma Miguel (2001), a presença das mulheres na política, ainda que sub-representada, é importante por caracterizar uma ruptura estrutural do papel atribuído à mulher, ainda que as parlamentares atuem em áreas distintas.

O acesso das mulheres (como de outros grupos politicamente excluídos) às esferas de deliberações públicas é necessário não porque compartilhem das mesmas opiniões ou interesses, mas porque partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiência de vida. A palavra é relevante: trata-se de um ponto de partida, não de chegada. (MIGUEL, 2001, p. 265)

Neste contexto, a entrada das mulheres na arena política significa, sobretudo, a busca pela redistribuição do capital político, dando voz a um grupo historicamente marginalizado, ao qual a participação na esfera pública ainda é limitada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a evolução da bancada feminina na Câmara Municipal de Curitiba pode-se concluir que a representatividade feminina tem avançado a passos lentos no legislativo municipal. Apesar de atualmente 21% das cadeiras da casa serem ocupadas por mulheres, ao longo de sete décadas, desde a primeira legislatura da Câmara, apenas 24 mulheres ocuparam o cargo de vereadora e em cinco legislaturas o parlamento foi formado exclusivamente por homens.

Os avanços nas eleições diretas das mulheres para vereadoras de Curitiba são perceptíveis principalmente a partir da primeira década dos anos 2000, quando mais mulheres passaram, progressivamente, a ocupar o legislativo municipal.

A atual bancada feminina da Câmara Municipal de Curitiba é composta por mulheres de perfis bastante diversificados, com atuações distintas, o que não significa necessariamente que elas legislam em favor de uma agenda feminina.

Há que se destacar avanços importantes no que diz respeito à construção de uma agenda de gênero no legislativo municipal de Curitiba, entre eles destaque para as proposições que buscam garantir os direitos às mulheres vítimas de violência e a lei que criou a “Semana do Combate à Violência Contra a Mulher”. Também merecem destaque a criação da Procuradoria da Mulher, que deve atender denúncias da população, e a criação do Parlamento Feminino Curitibaano, que pode levar as demandas da sociedade ao legislativo, auxiliando na proposição de projetos que atendam às necessidades das mulheres. Essas iniciativas, no entanto, foram propostas em 2019 e atualmente ainda estão em fase de implementação.

As ações aqui citadas podem contribuir para que mais mulheres se interessem pela política partidária, mas ainda é necessário intensificar medidas que visem estimular a participação das mulheres na política formal, uma vez que a inserção feminina na arena política precisa percorrer um longo caminho para haja, de fato, equidade de gênero nas instituições políticas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 10ª edição, 2007.

ANTUNES, M. A. **O público e o privado em Hannah Arendt**. Universidade da Beira Interior, BOCC, 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>. Acesso em 18/08/2019.

BENHABIB, S. **Situating the Selfie – Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics**. Polity Press, USA. 1992.

BIROLI, Flavia e Luis Felipe MIGUEL. **Teoria Política e Feminismo – abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades – Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOHN, S. *Brazilian women competing for a seat in the local legislative*. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v.35, p.63-89, Jan/Jun, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e Poder Local**. São Paulo: Humanitas, 2008.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (CMC). **Levantamento das Legislaturas e Vereadores (1947-2020)**, da Divisão de Biblioteca e Referência Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf. Acesso: 20 março 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (CMC). **Maria Olympia Carneiro Mochel, a primeira vereadora de Curitiba**. Matéria publicada em 07/03/2014. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=22332#&panel1-1. Acesso: 28 junho 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (CMC). **Histórico da Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/historico.php> Acesso: 16 julho 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (CMC). **Galeria Vereadoras na Política de Curitiba**. Publicado em 08 de março de 2018. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/nossamemoria/galeriadevereadorasdecuritiba/index.php> Acesso: 18 julho 2019.

EDUARDO, M. C. **Levantamento da produção bibliográfica sobre a participação política feminina nas principais revistas de ciências sociais**. TCC Graduação em ciência política - Centro Universitário Internacional, UNINTER. Curitiba, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso: 20 maio 2018

FRASER, N. **Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente**. Revista Ecuador Debate. N 046. Abril 1999. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/5760>. Acesso: 24/08/2019

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1. pp. 253-267. jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso: 04 maio 2018

PIRES, L. C. **As Representações Anticomunistas sobre as Mulheres do PCB no período entre 1945-1956**. Monografia apresentada na graduação de História, da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/historia/Tcc/Revista5_historia/PDF/Leticia_Pires.pdf Acesso: 15 de junho de 2018.

PANKE, L. **Campanhas Eleitorais para Mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Editora UFPR, 2016

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 9.100, de 25 de setembro de 1995**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm Acesso: 18 de julho de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso: 18 de julho de 2019.

REHBEIN, M. P. **Curitiba – 50 anos de eleições municipais. As forças policiais que nas democracias e no governo militar disputam o poder**. Dissertação de mestrado em sociologia – núcleo instituições e poder / UFPR – Curitiba 2008

SANTOS, S. V. **A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt**. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 37, n 2. Jul/dez 2012.

SALGADO, E. D.; GUIMARÃES, G.; MONTE-ALTO, E. V. Cotas de Gênero na política: entre a história, as urnas e o parlamento. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB)**, v. 1, p. 156-182, 2015.

SENADO FEDERAL. **Bancada Feminina no Senado Diminui em 2019**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/bancada-feminina-no-senado-diminui-em-2019>. Acesso em: 10/07/2019

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Sistema de divulgação de candidaturas**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes2016>. Acesso em: 20/05/2018

ZIEGMANN, A. B.; FRANCO, G.; BITTENCOURT, M. A.; MOURA, G. M. **O perfil social e ideológico dos eleitos para a Câmara de Vereadores**. *In*: Quem Decide Concorrer: a eleição e vereadores em Curitiba. Org. BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M.; BABIRESKI, F. R. Massimo Editorial. Curitiba, 2018.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atendo às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve ao auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto.

Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba, 13 de setembro de 2019.


Karina Lançoni Bernardi